

Demonstrações Contábeis

Exercício 2025

+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +

SICOOB CENTRAL ES

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ES

CNPJ: 32.428.294/0001-43

Relatório da Administração

Prezados, cooperados e comunidade, sejam bem-vindos!

Neste documento, apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 do Sicoob Central ES, alinhados ao nosso compromisso com a transparência. As demonstrações contábeis completas podem ser acessadas no site comunidadesicoob.com.br/ra.

Ao navegar por este relatório, você terá a oportunidade de explorar em detalhes os resultados financeiros, destacando a solidez da nossa cooperativa e o impacto positivo do cooperativismo em nossa comunidade.

Agradecemos a atenção e interesse. Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por 323 cooperativas financeiras, distribuídas por todos os estados brasileiros, o Sicoob está presente em 2.452 municípios, sendo a única instituição financeira em 415 cidades. Com a maior rede física de atendimento do país, composta por mais de 4.600 pontos de atendimento, o Sistema reúne mais de 9,3 milhões de cooperados, que constroem, de forma coletiva, uma instituição sólida, próxima e comprometida com o desenvolvimento do Brasil.

Guiado pelos princípios do cooperativismo financeiro, o Sicoob atua com o propósito de promover cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira, impulsionando o crescimento econômico e social das comunidades onde está inserido e fortalecendo relações baseadas na confiança e na participação ativa de seus cooperados.

1.2. O Sicoob ES

O Sicoob ES é um dos 14 sistemas regionais que integram o Sicoob no Brasil. Com quase quatro décadas de atuação nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, além das cidades de São José dos Campos (SP), Ilhéus, Itabuna, Santa Luzia, Lauro de Freitas e Salvador (BA), o Sicoob ES mantém firme o propósito de avançar na ocupação territorial do Arco Leste do Brasil, abrangendo 334 municípios e mais de 30 milhões de habitantes, e com isso cooperar para o desenvolvimento desses estados e municípios através da promoção de soluções financeiras adequadas e da participação ativa na articulação de políticas públicas que gerem prosperidade. O sistema regional é composto por seis cooperativas singulares: Sicoob Sul-Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Coopermais, Sicoob Sul-Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Conexão que juntas reúnem mais de 1 milhão de cooperados, evidenciando a força do cooperativismo financeiro na região.

Em 2025, o Sicoob ES constituiu sete novos pontos de atendimento, alcançando o total de 211 unidades em sua área de atuação. Essa expansão reforça o compromisso do sistema regional com a proximidade, o acesso aos serviços financeiros e a presença ativa nos territórios, distribuindo-se em 8 unidades na Bahia, em 5 municípios; 143 no Espírito Santo, em 74 municípios; 58 no Rio de Janeiro, em 37 municípios; e 2 em São Paulo, no município de São José dos Campos.

A base de cooperados é formada, majoritariamente, por pessoas físicas (82%). Ao longo de 2025, o Sicoob ES registrou a entrada de mais de 167 mil novos cooperados, reflexo da confiança contínua no modelo cooperativista, na solidez do sistema e na relação de proximidade construída com as comunidades. Ao final do exercício, o sistema regional contava com 2.570 colaboradores, distribuídos entre as seis cooperativas singulares e a Central, que atuam diariamente para transformar propósito em resultados concretos.

1.2.1 Destaques

Entre os principais destaques do Sicoob ES em 2025, ressaltam-se:

- Pelo terceiro ano consecutivo, o Sicoob ES foi reconhecido como o Maior Grupo Empresarial do Espírito Santo, segundo o Anuário IEL 200 Maiores e Melhores Empresas, considerando o critério de patrimônio líquido, reafirmando sua solidez e relevância econômica no Estado.
- Há 13 anos consecutivos, o Sicoob ES é reconhecido no Prêmio Líder Empresarial, e, em 2025, recebeu novamente destaque nas categorias “Cooperativa”, “Instituição Financeira” e “Grupo Empresarial”, evidenciando uma trajetória consistente de liderança e credibilidade.
- Desde 2010, o Sicoob ES ocupa o primeiro lugar na pesquisa Recall de Marcas, realizada pela Rede Gazeta, resultado que traduz a forte conexão da marca com os capixabas e a confiança construída ao longo do tempo.
- Em 2025, o Sicoob ES alcançou a marca histórica de 1 milhão de cooperados, um marco que simboliza não apenas crescimento, mas o reconhecimento de milhares de pessoas que escolheram fazer parte de um modelo financeiro mais justo, participativo e sustentável.
- No mesmo exercício, o Sicoob ES passou a integrar o ranking nacional Great Place to Work (GPTW), figurando entre as 175 melhores empresas para trabalhar no Brasil, reforçando o compromisso com a valorização das pessoas, a construção de um ambiente organizacional saudável e o desenvolvimento humano.
- Reafirmando seu papel como agente de transformação social, o Sicoob ES destinou mais de R\$ 5 milhões ao 7º Edital Social, beneficiando mais de 83 mil pessoas por meio do apoio a projetos voltados à educação, inclusão social, cidadania e fortalecimento das comunidades locais, ampliando o impacto positivo de sua atuação para além do âmbito financeiro. Todas as iniciativas de responsabilidade social executadas ou apoiadas pelo Sicoob ES em 2025 nos 117 municípios beneficiaram diretamente 519 mil pessoas, com um investimento direto de quase R\$ 12 milhões.
- Em 2025, o Sicoob ES foi reconhecido na categoria ESG do Prêmio Ser Humano da ABRH ES com o projeto “Clínicas Financeiras: o Trabalho Voluntário como Motor de Transformação Social” que reconhece iniciativas que tenham compromisso social e que agregam valor para todos os envolvidos, neste caso, colaboradores voluntários e comunidade.
- A redução do impacto ambiental também faz parte das estratégias do Sicoob ES, que conta com usinas fotovoltaicas para gerar energia elétrica de fonte renovável para consumo em suas dependências, cuja produção e consumo sustentável em 2025 contribuiu para a redução de mais de 2,5 mil toneladas de CO₂ por ano, impacto ambiental equivalente ao cultivo de 15.645 mudas de árvores ao longo de 10 anos.
- O Sistema Sicoob ES mantém o **Fundo de Estabilidade e Fomento do Sicoob ES (FEFES)**. O fundo foi prorrogado até 31/12/2030, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do Sicoob Central ES, com o objetivo de fortalecer o sistema regional para o novo ciclo de crescimento, especialmente no avanço da estratégia de expansão presencial na região do Arco Leste do Brasil. Em 31/12/2025, o FEFES apresentava saldo de **R\$ 725.388 mil**.

1.2.2 Crédito e Captação Ampliada Sicoob ES

Em 2025, o Sicoob ES apresentou crescimento expressivo nos principais indicadores financeiros, com destaque para o Crédito Ampliado Total e a Captação Ampliada Total.

O Crédito Ampliado Total cresceu 22,2%, passando de R\$ 19,3 bilhões para R\$ 23,6 bilhões. Esse indicador engloba tanto os créditos registrados nas operações de crédito no Balanço Contábil quanto as operações fora do Balanço Contábil, classificadas como “ampliadas”. Essas operações não são registradas diretamente na contabilidade da instituição, mas representam compromissos assumidos com terceiros e têm impacto relevante na análise da exposição ao risco e na capacidade de geração de receita.

Entre os produtos que compõem o crédito ampliado fora do Balanço Contábil e da Carteira de Crédito, destacam-se:

- **CPRs (Cédulas de Produto Rural):** cresceram 41,70%, refletindo o fortalecimento do crédito rural.
- **BNDES:** aumento de 66,00%, indicando maior intermediação de recursos de longo prazo para investimentos produtivos.
- **Crédito Imobiliário:** crescimento de 86,70%, impulsionado pela demanda por habitação.
- **Crédito de Câmbio e Consignado Bancoob:** também contribuíram para a expansão, com crescimentos de 21,90% e 5,20%, respectivamente.
- **FINEP:** crescimento de 274,5%, impulsionado pela demanda e ampliando a atuação em inovação e tecnologia.

Já a Captação Ampliada Total teve crescimento de 22,5%, passando de R\$ 24,2 bilhões para R\$ 29,7 bilhões. Assim como no crédito, esse indicador inclui tanto os recursos captados registrados no Balanço Contábil quanto aqueles fora, que representam fontes alternativas de funding.

Os principais produtos de captação ampliada fora do Balanço incluem:

- **Depósitos de Poupança:** com redução de 3,03%, devido a migração para carteira das cooperativas.
- **LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) de Intermediação:** crescimento de 329,40%, impulsionado pela demanda por agronegócios e esse tipo de investimento.
- **LCI (Letra de Crédito Imobiliário) de Intermediação:** crescimento de 184,10%, impulsionado pela demanda por habitação e esse tipo de investimentos
- **Previdência Privada (Mapfre Previ, Sicredi Previ VGBL e PGBL):** apresentaram crescimento conjunto expressivo, com destaque para o VGBL, que cresceu 308,70%.

A diferença entre as taxas de crescimento — com o crédito ampliado crescendo em ritmo ligeiramente superior ao da captação — evidencia uma estratégia de expansão sustentada, com diversificação de produtos e fontes de recursos, mantendo a solidez financeira e a capacidade de atender à crescente demanda por crédito.

Em Milhares R\$			
Composição de Crédito e Captação Ampliada – Sicoob ES	31/12/2025	31/12/2024	%
Crédito Ampliado Total	23.602.987	19.317.520	22,2%
Crédito	19.083.995	16.397.147	16,4%
Crédito Ampliado	4.518.992	2.920.373	54,7%
BNDES	2.302.153	1.387.175	66,0%
CPR	1.719.026	1.213.135	41,7%
Imobiliário	177.267	94.971	86,7%
Crédito de Câmbio	137.906	113.100	21,9%

Em Milhares R\$

Composição de Crédito e Captação Ampliada – Sicoob ES	31/12/2025	31/12/2024	%
Consignado Bancoob	92.531	87.931	5,2%
FINEP	90.109	24.061	274,5%
Captação Ampliada Total	29.736.724	24.269.752	22,5%
Captação	26.265.503	21.222.745	23,8%
Captação Ampliada	3.471.221	3.047.006	13,9%
Dep. Poupança	2.519.787	2.606.518	-3,3%
LCA Intermediação	513.593	119.603	329,4%
LCI Intermediação	34.739	12.229	184,1%
Mapfre Previ	284.748	260.301	9,4%
Sic. Previ – VGBL	84.777	20.741	308,7%
Sic. Previ – PGBL	33.577	27.613	21,6%

1.2.3 Distribuição de Resultados: compromisso com o Cooperado

Em abril de 2025, as cooperativas do Sicoob ES reafirmaram seu compromisso com a transparência e a valorização do cooperado ao distribuírem, a título de sobras, o montante de R\$ 357.540 mil, referente aos resultados alcançados em 2024. A devolução foi realizada a todos os cooperados, conforme deliberação nas Assembleias Gerais Ordinárias (AGOs) de cada cooperativa, evidenciando a solidez da gestão participativa e o retorno financeiro proporcional à movimentação de cada associado. Esse repasse reforça o modelo cooperativista, no qual os resultados são compartilhados com quem contribui para o desenvolvimento e o sucesso da cooperativa.

1.3. Soluções Crédito Implementadas e Perspectivas Sicoob ES

Durante o exercício de 2025, diversas soluções financeiras foram lançadas para fomentar a inovação, fortalecer e atender as necessidades dos nossos associados, dentre elas destacam-se:

- **CRÉDITO DO TRABALHADOR:** O Crédito do Trabalhador é uma nova linha de crédito consignado lançada pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito para trabalhadores regidos pela CLT. O Sicoob, junto com outras instituições financeiras esteve presente no lançamento em março deste ano, já apto a disponibilizar as contratações que se iniciaram em 21/03/2025. A proposta da linha é a de oferecer empréstimos com juros mais baixos, condições facilitadas de pagamento e menor burocracia, especialmente para quem tem dificuldade de acessar crédito tradicional, já que o desconto das parcelas é na folha de pagamento. A iniciativa é parte de uma estratégia para estimular a economia, aumentar a inclusão financeira e reduzir o endividamento das famílias.
- **FAMPE MULHER:** O Fampe Mulher é uma linha de crédito especial operada pelo Sebrae e disponibilizada pelo Sicoob às associadas. Diferentemente do Fampe convencional, conta com aval de 100% pelo Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). O crédito é destinado apenas às empresas com participação majoritariamente feminina no capital social ou administradas por mulheres. A iniciativa foi lançada em 2025, com implementação inicial nos estados do Espírito Santo e de Mato Grosso do Sul, e tem validade até 31 de março de 2027.
- **ASTEC DIGITAL –** Com a ferramenta Assistência Técnica Digital, é possível integrar cooperativas e profissionais responsáveis pela elaboração de projetos e prestação de assistência técnica. Essa integração facilita a captação e contratação de crédito rural, amplia o alcance dos parceiros envolvidos e agiliza o acesso aos recursos financeiros destinados ao setor.

Além disso, o repasse de recursos do BNDES continuou sendo um destaque para os setores empresarial e rural. Pelo quarto ano safra consecutivo, o Sicoob ES foi reconhecido como o maior repassador de recursos para os programas agropecuários

do BNDES no Espírito Santo, reforçando seu papel no apoio financeiro a diversos segmentos econômicos. Os números detalhados sobre esses repasses estão disponíveis no site do BNDES: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads> e Crédito Rural: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/credito-rural-desempenho-operacional>.

- **Projetos para soluções a servidores públicos:** No âmbito do Projeto Servidores, com dados extraídos em 31 de dezembro de 2025, observou-se evolução consistente dos principais indicadores. O número de servidores públicos associados alcançou 51.116, representando crescimento de 70,8% no período. Em relação à carteira de crédito, o crédito consignado com servidores totalizou R\$ 176 milhões, com alta de 21,3%, enquanto o crédito geral com servidores atingiu R\$ 213 milhões, registrando variação positiva de 11,34%. Esses resultados reforçam o avanço do projeto, tanto na ampliação do quadro associativo quanto na expansão sustentável das operações de crédito direcionadas a esse público.

1.3.1 Perspectivas para 2026

Para 2026, a Cooperativa reforça sua estratégia de ampliação de soluções financeiras com foco em **liquidez, eficiência na concessão de crédito e mitigação de riscos**, priorizando instrumentos que aprimoram o acesso a capital de giro e fortalecem o atendimento às necessidades de empresas, especialmente MPEs e exportadores. Nesse contexto, destacam-se as seguintes frentes:

AntecipaGov

O AntecipaGov consolida-se como uma alternativa relevante para fornecedores da União, ao viabilizar a **antecipação de valores vinculados a contratos públicos (empenhos)**, convertendo créditos futuros em **capital de giro**. A plataforma integra fornecedores e instituições financeiras credenciadas, permitindo que a análise de risco utilize dados do próprio contrato, o que tende a **reduzir incertezas, acelerar a contratação e favorecer condições de custo potencialmente mais competitivas**, além de contribuir para melhora do fluxo de caixa das empresas atendidas.

CCE – Cédula de Crédito à Exportação

A Cédula de Crédito à Exportação (CCE) permanece como instrumento estratégico para o financiamento de exportadores, ao possibilitar recursos voltados à **produção e comercialização de bens destinados ao mercado externo**, com lastro em exportações futuras. Para a Cooperativa, trata-se de mecanismo que contribui para **estruturação de garantias e segurança da operação**, com possibilidade de pactuação em moeda nacional ou estrangeira, apoiando o planejamento financeiro do exportador e oferecendo maior previsibilidade frente às variações do ambiente econômico.

Crédito Digital com Garantia do FAMPE

A Cooperativa deve intensificar, em 2026, a oferta de **crédito digital de capital de giro**, contratado diretamente pelo **aplicativo Sicoob**, com utilização da garantia do **FAMPE (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas)**. Essa iniciativa fortalece a agenda de **digitalização e capilaridade**, ao facilitar o acesso ao crédito, reduzir fricções operacionais e ampliar o alcance junto ao público de micro e pequenas empresas, com reforço de garantia que contribui para a **melhoria do perfil de risco** das operações.

NCE – Notas Comerciais de Exportação

As Notas Comerciais de Exportação (NCE) despontam como alternativa de financiamento com **livre negociação**, voltada à produção de bens destinados à exportação e a serviços correlatos. Para 2026, a perspectiva é ampliar o uso de estruturas que promovam **flexibilidade, diversificação de funding e adequação ao ciclo financeiro do exportador**, viabilizando condições mais alinhadas às demandas do comércio exterior.

Radar de Recebíveis

A adoção de soluções tecnológicas como o “Radar de Recebíveis” reforça a governança e a assertividade nas operações lastreadas em recebíveis de cartão (vendas a prazo). Por meio de infraestrutura regulada e integrada (a exemplo de registradoras como a CERC), a Cooperativa ganha maior capacidade de **consulta, verificação e análise de recebíveis**, elevando a transparência, reduzindo assimetrias de informação e aprimorando a **precificação e a decisão de crédito**, com impactos positivos na mitigação de riscos e na eficiência das operações de antecipação.

Nota Comercial

A nota comercial é um título de crédito emitido de forma escritural pela cooperativa para captar recursos diretamente no mercado, sem intermediários. Funciona como um empréstimo de capital de giro de curto prazo e possui isenção de IOF.

CPR-F Barter

O título tem por finalidade estabelecer condições de intercooperação entre as partes, possibilitando e incentivando que o produtor rural adquira insumos (sementes, fertilizantes, defensivos) e/ou máquinas e/ou equipamentos agrícolas junto ao PARCEIRO BARTER e, em vez de pagar com dinheiro, realiza o pagamento com uma parte da sua safra futura.

Caberá ao PARCEIRO BARTER a comercialização dos referidos bens aos produtores rurais, bem como a posterior aquisição dos produtos agropecuários vinculados às operações de CPR Barter.

1.4. Novos Produtos e Soluções

Em 2025, o Sicoob ampliou seu portfólio de investimentos com o lançamento do **Fundo de Investimento Sicoob Cambial Dólar**. A nova solução possibilita aos cooperados acesso direto ao mercado de câmbio por meio da plataforma de investimentos da instituição, que **já contempla o Home Broker e outros produtos de renda variável**. A iniciativa tem como objetivo ampliar as alternativas de diversificação e oferecer instrumento de proteção cambial aos associados.

No mesmo exercício, a **Sipag avançou na ampliação e evolução do ecossistema de meios de pagamento**, com foco em eficiência operacional, integração tecnológica e aprimoramento da experiência do associado. Foram incorporados **novos aplicativos de automação comercial direcionados aos segmentos de postos de combustíveis, eventos e alimentação**, com funcionalidades que **permitem a gestão de pedidos, a emissão de ingressos e de notas fiscais diretamente nas maquininhas**. Essas entregas contribuem para a simplificação de rotinas operacionais, o fortalecimento do controle gerencial e o aumento da produtividade dos negócios dos cooperados.

Como parte do movimento de expansão do portfólio de soluções de pagamentos, a **Transferência Eletrônica de Fundos (TEF) da Sipag** passou a contar com integração às principais TEF Houses do mercado, ampliando a interoperabilidade, a aderência às diferentes estruturas de automação do varejo e a robustez das operações dos estabelecimentos vinculados aos associados.

Ainda em 2025, o Sicoob anunciou o lançamento do **cartão Sicoob Zenith**, com pré-lançamento realizado até o final de junho e disponibilização prevista para agosto. Voltado ao público de alta renda, o produto foi concebido para oferecer uma proposta de valor alinhada a um padrão elevado de serviços e conveniência, reunindo benefícios exclusivos e desempenho superior. O cartão estará disponível nas bandeiras **Mastercard e Visa**, reforçando o posicionamento da Cooperativa na oferta de soluções sofisticadas e no atendimento a perfis de associados que demandam produtos de maior valor agregado.

1.5. Tecnologia

Em conformidade com as transformações observadas no mercado financeiro e com as diretrizes estratégicas do Sistema Sicoob, o Centro Corporativo Sicoob manteve, em 2025, investimentos estruturantes em Tecnologia da Informação, direcionados ao fortalecimento da capacidade operacional, à eficiência dos processos e à ampliação dos canais de relacionamento com os cooperados. Tais investimentos contribuíram para a consolidação dos canais digitais como principal meio de interação no Sicoob ES, com impactos positivos em escala operacional, padronização dos serviços e racionalização de custos.

No exercício, observou-se a consolidação da **associação digital para pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEIs)** como canal relevante de ingresso de novos cooperados. Em 2025, **66,4% das novas associações ocorreram por meio digital**, percentual que atingiu **71% no segundo semestre**, indicando aumento da utilização dos canais digitais disponibilizados pelo Sistema. A evolução desses indicadores reflete a aderência das soluções adotadas às necessidades operacionais dos cooperados.

A experiência digital é suportada por aplicativo institucional, que apresentou avaliações médias de **4,8 na Play Store e 4,9 na Apple Store**, conforme métricas públicas disponibilizadas pelas respectivas plataformas, indicando estabilidade e aceitabilidade das soluções tecnológicas ofertadas.

O atendimento por canais digitais apresentou desempenho consistente ao longo do período, com avaliação média de **4,53 (em escala de 5)** e tempo médio de resposta inferior a cinco minutos após o transbordo. A **ampliação do horário de atendimento, das 7h30 às 21h30**, contribuiu para o aumento da disponibilidade dos serviços e para a continuidade do atendimento aos cooperados.

A **manutenção da isenção de tarifas para transações Pix de pessoas jurídicas**, aliada à evolução contínua das APIs, impactou positivamente o volume financeiro transacionado. Em 2024, o volume movimentado pelos associados superou **R\$ 147 bilhões**, enquanto, em 2025, ultrapassou **R\$ 196 bilhões**, representando crescimento de **33%** no período.

Adicionalmente, verificou-se incremento relevante na utilização de soluções de automação financeira pelos cooperados, por meio da integração de sistemas próprios às APIs do Sicoob para emissão de Pix, boletos, pagamentos, extratos e investimentos. O volume de integrações apresentou crescimento de **111%**, evidenciando a ampliação do uso das infraestruturas tecnológicas disponibilizadas pelo Sistema e o avanço do processo de digitalização das operações.

1.6. Produto Poupança

A partir do segundo semestre de 2025, em conformidade com a **Resolução CMN nº 5.044/2022**, as cooperativas de crédito passaram a registrar, em seus próprios balanços patrimoniais, os saldos das **novas contas de poupança rural**, contribuindo para o fortalecimento da estrutura financeira e para a ampliação da capacidade de oferta de soluções voltadas ao público do agronegócio.

A evolução do produto também permitiu a **vinculação da poupança rural à conta corrente do cooperado**, habilitando **consulta e movimentação** diretamente pelo **Super App Sicoob** e pelo **Cartão Sicoobcard**. Adicionalmente, os recursos da poupança podem ser **transferidos para a conta corrente**, passando a usufruir das mesmas funcionalidades e limites transacionais — como **saques, transferências, pagamentos e operações via Pix** —, em geral mais elevados e passíveis de parametrização conforme o perfil do cooperado.

Com isso, o Sicoob amplia a conveniência e a eficiência na gestão financeira dos cooperados, oferecendo uma experiência mais integrada, com maior autonomia e fluidez no uso dos recursos.

Ao longo do período, foram **criadas ou migradas 52.388 contas de poupança** para as cooperativas do **Sicoob ES**, totalizando **saldo de R\$ 615.967.023,73**, o que evidencia a expressiva adesão dos cooperados ao produto e reforça a

relevância dessa evolução para a ampliação da base de captação e para o fortalecimento do relacionamento com o público atendido.

2. Sustentabilidade

O Visando estruturar um ambiente de **sustentabilidade sistêmica**, que integre de forma consistente as dimensões **ambiental, social e de governança (ESG)** ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema vêm se mobilizando em torno do **Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável**. Essa iniciativa fortalece a atuação cooperativista orientada à perenidade, à gestão responsável de riscos e à geração de valor compartilhado para associados e comunidades.

Para tornar claros aos cooperados e à sociedade os compromissos assumidos, o Sicoob mantém um **Plano de Sustentabilidade**, uma **Agenda** e um **Relatório de Sustentabilidade**, instrumentos alinhados ao planejamento estratégico e aderentes às diretrizes do **Banco Central do Brasil** relacionadas à **Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática**. Para mais informações, acesse: www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

Reforçando o compromisso com o **Investimento Social Estratégico**, o **Fundo de Investimento Social (FIS) do Sicoob ES** viabiliza programas próprios e apoia iniciativas relevantes nas comunidades do território de atuação. Em 2025, foram **investidos quase R\$ 12 milhões em ações que beneficiaram mais de 519 mil pessoas diretamente**. Entre as iniciativas, os projetos de **Educação Financeira e Cooperativista em Escolas** — como **Cooperativa Mirim, Financinhas nas Escolas e Concurso Cultural** — impactaram **mais de 47 mil alunos**, contribuindo para a formação cidadã e o fortalecimento da cultura cooperativista.

No âmbito do apoio institucional às comunidades, a **7ª edição do Edital Social** aprovou **213 projetos em 207 instituições de 80 municípios**, beneficiando **83.160 pessoas**, com investimento superior a **R\$ 5 milhões**. Desde a primeira edição, foram apoiados **mais de 800 projetos em mais de 100 municípios**, totalizando investimento de **quase R\$ 20 milhões**, evidenciando a continuidade e a capilaridade da atuação social do Sicoob ES. Para 2026, a **8ª edição do Edital Social** terá inscrições abertas de **02 de março a 30 de abril**, por meio do site www.comunidadesicoob.com.br, sendo **exclusiva para instituições sem fins lucrativos**, reafirmando o compromisso com o fortalecimento das organizações sociais e com o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Em 2025, o produto **Faça Acontecer** ampliou seu alcance e reforçou sua contribuição para a agenda de **inclusão e desenvolvimento social**, ao beneficiar **mais de 4.000 estudantes** por meio do financiamento estudantil, consolidando uma carteira superior a **R\$ 380 milhões**. Atualmente, a solução atende alunos de instituições de ensino conveniadas em **23 estados e no Distrito Federal**, ampliando o acesso à educação e fortalecendo oportunidades de formação e mobilidade social.

No encerramento do exercício, foram concluídas **negociações estratégicas** com dois dos maiores grupos educacionais do país — **Cogna e Ânima** —, o que reforça a capacidade de expansão do programa, amplia a capilaridade do atendimento e sustenta a continuidade do impacto positivo gerado junto às comunidades onde o Sicoob atua.

3. Classificação Fitch Ratings

Em **26 de agosto de 2025**, a agência de classificação de risco **Fitch Ratings** realizou a **elevação (upgrade)** do **Rating Nacional de Longo Prazo do Sicoob Central ES** para **AA+(bra)**. Na mesma data, a agência **reafirmou (affirmed)** o **Rating Nacional de Curto Prazo** em **F1+(bra)**.

Esse movimento reforça a percepção de **solidez e resiliência financeira** da Cooperativa, em linha com a consistência dos seus indicadores de **rentabilidade e capitalização**. Mesmo diante do **crescimento relevante dos ativos** e do volume de **investimentos realizados**, a Cooperativa manteve padrões robustos de sustentação patrimonial e desempenho.

Adicionalmente, o avanço do **plano de expansão geográfica** contribui para ampliar o potencial de **geração de receitas** e de **captação de cooperados** em segmentos diversificados, fortalecendo a base de negócios e a diversificação de resultados. Mais informações podem ser consultadas em fitchratings.com/site/brasil.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, que entrou em vigor a partir de janeiro/2025. Essa resolução altera a forma como as instituições financeiras classificam, mensuram e reconhecem perdas esperadas em seus ativos financeiros, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

5. Governança Corporativa

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função de Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL ES e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

Na estrutura da governança corporativa do Sicoob ES, o processo assemblear é um dos elementos centrais, e sua relevância é superior ao cumprimento da exigência legal, pois materializa o segundo princípio do cooperativismo: a Gestão Democrática, garantindo que os associados exerçam seu direito de participar das decisões estratégicas da cooperativa. A participação coletiva nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas, a apreciação da prestação e contas do exercício, o rateio das sobras e a remuneração a ser paga aos administradores. O ciclo assemblear em 2025 das cooperativas do Sicoob ES contou com mais de 50 reuniões, que contou com a participação de mais de 53 mil associados, tornando-se como um dos mais robustos ciclos assembleares do Sicoob ES, consolidando o compromisso com a transparência e participação os cooperados.

6. Demonstrações do Período

6.1 Resultado

Em Milhares R\$

Demonstração do Resultado do Período	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024	Variação %
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	140.172	81.275	72,47
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.767	(77)	7.589,61
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	55.711	53.524	4,09
Despesas Tributárias	609	314	93,95
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	37.901	40.271	(5,89)
Juros ao Capital	27.407	5.273	419,76
Resultado	64.756	50.919	27,17

Contribuíram para compor Resultado do exercício de 2025:

No exercício de 2025 o Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa aumentou 72,47 % comparado com mesmo período de 2024.

O Resultado da Cooperativa teve um aumento de 27,17% em relação a 2024, atingindo um total de R\$ 64.756 mil em 31 de dezembro 2025.

6.2 Dados Patrimoniais

Diante dos resultados conquistados em 2025, o Sicoob Central ES encerrou o exercício com as seguintes posições em seu balanço patrimonial:

Em Milhares R\$

Balanço Patrimonial	Jan a Dez/2025	Jan a Dez/2024	Variação %
Ativos Totais	14.285.333	12.631.952	13,09
Aplicações Financeiras de Liquidez	9.696.676	7.832.764	23,80
Títulos e Valores Mobiliários	3.743.595	4.120.695	(9,15)
Centralização Financeira – Cooperativas Filiadas	12.180.631	10.996.722	10,77
Patrimônio Líquido	685.428	629.470	8,89
Patrimônio de Referência (PR)	502.510	477.452	5,25

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2025:

O total de ativos atingiu a marcar de R\$ 14.285.333 mil ao final do exercício de 2025, com crescimento de 13,09% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para as Cooperativas filiadas e seus associados.

A centralização Financeira das Cooperativas filiadas superou a marca de R\$ 12,1 bilhões de ativos, o exercício de 2025 com o valor de R\$ 12.180.631 mil, com crescimento de 10,77% se comprado com 2024.

O patrimônio líquido aumento 8,89% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 685.428 mil ao final do exercício.

6.3 Carteira de crédito por produto

Na tabela a seguir estão detalhados os valores da carteira de crédito por produto e perfil.

			Em Milhares R\$	
			Variação	
Recursos repassado as Cooperativas Filiadas	31/12/2025	31/12/2024	Valor Total	% Total
Repasse interfinanceiros – Crédito Rural	473.771	355.931	117.840	33,11
Empréstimos – Rotativo	125.300	115.800	9.500	8,20
Total	599.071	471.731	127.340	26,99

6.4 Cooperativas Singulares do Sicoob Central ES

As cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES são: Sicoob Sul-Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Coopermais, Sicoob Sul-Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Conexão.

Em milhares de reais									
Cooperativa s Singulares	31/12/2025			31/12/2024			Variação %		
	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas
Sicoob Sul-Litorâneo	2.200.462	292.150	50.976	1.691.790	257.899	52.356	30,07	13,28	-2,64
Sicoob Sul	5.337.266	1.005.886	227.932	4.300.311	837.793	201.221	24,11	20,06	13,27
Sicoob Conexão	13.152.012	2.509.105	651.961	10.429.973	1.932.864	434.177	26,10	29,81	50,16
Sicoob Coopermais	4.492.708	640.116	143.404	3.473.629	507.261	100.503	29,34	26,19	42,69
Sicoob Sul-Serrano	7.121.048	1.218.965	258.751	6.392.843	1.015.623	208.627	11,39	20,02	24,03
Sicoob Credirochas	3.202.411	347.652	76.306	2.672.349	320.395	66.351	19,84	8,51	15,00
Total	35.505.907	6.013.874	1.409.330	28.960.895	4.871.835	1.063.235	22,60	23,44	32,55

Os destaques para o crescimento das Cooperativas Singulares no exercício de 2025 são um aumento de 22,60 % do total dos ativos das Cooperativas Singulares alcançando no final do exercício o montante de R\$ 35.505.907 mil. Superando a marca de 35,5 bilhões de ativos, demonstrando o crescimento do Sicoob ES com seus associados.

O Patrimônio Líquido teve um crescimento de 23,44% comparado a 31 de dezembro 2024, atingindo o montante de R\$ 6.013.874 mil.

As Sobras do exercício de 2025 do Sistema Sicoob ES atingiu um total de R\$ 1.409.330 mil, um aumento de 32,55% comparado ao mesmo período de 2025.

7. Pessoas

Guiado por uma cultura cooperativista alicerçada em princípios como respeito, valorização das pessoas, eficiência e liderança, o Sicoob ES mantém uma abordagem genuinamente centrada nos colaboradores. Esse entendimento reconhece que o engajamento e o desenvolvimento das equipes são determinantes para a excelência operacional, a qualidade do atendimento aos cooperados e a consolidação do modelo de negócio cooperativo.

Ao final do exercício de 2025, o Sicoob Central ES contava com 181 colaboradores, representando um crescimento de 12% em relação ao ano anterior. Essa expansão equilibrada da estrutura organizacional reflete a estratégia de aprimoramento contínuo dos processos, o avanço no uso de tecnologias e o investimento constante na qualificação profissional, promovido por meio de programas estruturados de educação corporativa. Em 2025, cada profissional registrou, em média, 20 horas de treinamento, reforçando o compromisso da instituição com o desenvolvimento técnico e comportamental de suas equipes.

As práticas adotadas ao longo de toda a jornada do colaborador, sustentadas por políticas e estratégias voltadas a promover um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e estimulante, contribuíram para a consolidação de um clima organizacional de excelência. Como resultado desse compromisso, o Sicoob ES foi reconhecido em 2025 como uma das 175 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil pelo Great Place to Work (GPTW), a partir da avaliação realizada junto aos seus colaboradores. Além disso, a instituição recebeu o Selo Mental Health – três estrelas, certificação que destaca organizações comprometidas com a promoção da saúde mental de suas equipes.

8. Código de Ética

O Sicoob reforça seu compromisso com a ética e a integridade por meio do seu Código de Ética, adotado por todos os membros das equipes e, ao ingressarem na cooperativa, os novos colaboradores formalizam seu compromisso com esses princípios. O Programa de Integridade, que inclui políticas e controles internos, assegura a conformidade com leis, regulamentações e valores éticos. O Código de Ética abrange questões fundamentais, como prevenção de fraudes, adaptando-se a práticas contemporâneas, como o home office. Este documento reflete o empenho do Sicoob em manter um ambiente harmonioso, transparente e ético em todas as interações e atividades da instituição.

9. Agradecimento

Os resultados econômicos, financeiros e sociais apurados ao longo do exercício refletem a confiança depositada pelos cooperados e a atuação consistente do Sicoob Central ES. Os avanços alcançados no período decorrem do esforço conjunto das lideranças, empregados, cooperados, parceiros e comunidades, que atuam de forma integrada na oferta de soluções financeiras equilibradas, acessíveis e alinhadas ao desenvolvimento regional. A condução responsável dos recursos reafirma o compromisso com a geração de valor compartilhada e com a aplicação consciente do capital.

Mais do que resultados, seguimos reafirmando nossa essência: o Sicoob Central ES faz bem. Faz bem para os cooperados, por meio de relações de proximidade e de soluções financeiras justas; faz bem para os negócios, ao apoiar empreendedores e produtores rurais no fortalecimento de suas atividades; e faz bem para as comunidades, por meio de iniciativas que promovem transformação social e desenvolvimento sustentável nas regiões onde estamos presentes.

Ao longo do exercício, a gestão manteve-se orientada pela transparência, pela solidez e pelo equilíbrio entre desempenho econômico-financeiro, responsabilidade social e valorização das pessoas. Essa atuação fortalece os vínculos institucionais e amplia o impacto positivo nas comunidades em que estamos inseridos.

Agradecemos a todos pela confiança depositada e pelo protagonismo na construção dos resultados apresentados, bem como pela contribuição para que 2025 se consolidasse como um ano relevante e promissor para o Sicoob Central ES. Reafirmamos o compromisso com uma atuação que vai além dos indicadores financeiros, promovendo relações justas, fortalecendo o desenvolvimento local e gerando prosperidade compartilhada, porque cooperar faz bem e o Sicoob faz bem para todos que caminham conosco. Renovamos, ainda, o convite para que sigam participando da construção de um futuro cada vez mais cooperativo, por meio da Comunidade Sicoob (www.comunidadesicoob.com.br).

Vitória/ES, 27 de janeiro de 2026.
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanço Patrimonial

(em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025
ATIVO		14.285.333
DISPONIBILIDADES	5.	4
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		2.226.130
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	107.383
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	1.518.889
Relações Interfinanceiras	7.	473.771
Operações de Crédito	8.1	125.300
Outros Ativos Financeiros	10.	1.625
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	9.1	(838)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS		9.604.634
RESULTADOS ABRANGENTES		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.2	9.589.293
Títulos e Valores Mobiliários	6.2	15.625
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	9.1	(284)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		2.209.081
Títulos e Valores Mobiliários	6.3	2.209.081
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	11.	2.662
OUTROS ATIVOS	12.	4.347
INVESTIMENTOS	13.	220.667
IMOBILIZADO DE USO	14.	28.464
INTANGÍVEL E ÁGIO	15.	1.323
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(11.979)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	14.	(10.735)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	15.	(1.244)
TOTAL DO ATIVO		14.285.333
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.285.333
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		13.599.905
DEPÓSITOS		17.779
Depósitos a Prazo	16.1	17.779
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		12.180.631
Centralização Financeira – Cooperativas	17.1	12.180.631
OUTROS PASSIVOS		1.250.649
Obrigações por Empréstimos e Repasses	18.1	502.064
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	18.2	1.334
Outras Obrigações	18.3	747.251
PROVISÕES		150.846
Provisão para Pagamento a Efetuar	19.1	149.202
Provisão para Contingências	19.2	1.644
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		685.428
CAPITAL SOCIAL	20.1	609.954
RESERVAS DE SOBRAS	20.2	45.414
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	20.3	233
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.5	29.827
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.285.333

Demonstração de Sobras ou Perdas

(em milhares de Reais)

	Notas	2º Semestre 2025	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		946.317	1.686.318
Resultado de Operações de Crédito	22.1	24.643	47.482
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	22.2	253.291	459.701
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	22.3	668.383	1.179.135
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(871.998)	(1.546.146)
Operações de Captação no Mercado	16.2	(20.797)	(20.948)
Operações de Empréstimos e Repasses	23.	(851.201)	(1.525.198)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		74.319	140.172
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	24.	(109)	5.767
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		74.210	145.939
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(56.259)	(77.721)
Receitas de Prestação de Serviços	25.	663	1.701
Despesas de Pessoal	26.	(16.173)	(30.968)
Outras Despesas Administrativas	27.	(14.330)	(24.743)
Despesas Tributárias	28.	(408)	(609)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	29.	3.885	20.174
Outras Despesas Operacionais	30.	(47.039)	(81.177)
Outras Receitas Operacionais	31.	17.143	37.901
PROVISÕES		(28)	(25)
Provisões/Reversões para Contingências	32.	(28)	(25)
RESULTADO OPERACIONAL		17.923	68.193
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33.	-	(157)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		17.923	68.036
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	18.3.I	(2.199)	(3.280)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		15.724	64.756

Demonstração do Resultado Abrangente
(em milhares de Reais)

	2º Semestre 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	15.724	64.756
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(270)	(808)
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado		
Ajuste de avaliação patrimonial	(270)	(808)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	15.454	63.948

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2024	544.311	45.881	1.041	38.236	629.469
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	-	(4.531)	-	-	(4.531)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	38.236	-	-	(38.236)	-
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	1.007	1.007
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	64.756	64.756
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(808)	-	(808)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:	-	-	-	-	-
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(27.407)	(27.407)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	27.407	-	-	-	27.407
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	4.064	-	(4.064)	-
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	(3.654)	(3.654)
FATES – Atos Não Cooperativos	-	-	-	(811)	(811)
Saldos em 31/12/2025	609.954	45.414	233	29.827	685.428
Saldos em 30/06/2025	582.547	45.881	503	44.501	673.432
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	-	(4.531)	-	4.531	-
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	1.007	1.007
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	15.724	15.724
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(270)	-	(270)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:	-	-	-	-	-
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(27.407)	(27.407)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	27.407	-	-	-	27.407
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	4.064	-	(4.064)	-
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	(3.654)	(3.654)
FATES – Atos Não Cooperativos	-	-	-	(811)	(811)
Saldos em 31/12/2025	609.954	45.414	233	29.827	685.428

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em milhares de Reais)

	2º Semestre 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	17.924	68.036
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	(15.561)	(15.561)
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo	0	(35)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.885)	(20.174)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	108	(5.767)
Provisões/Reversões para Contingências	28	25
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	9	168
Depreciações e Amortizações	673	1.352
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	(704)	28.044
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.310.621)	(1.238.802)
Títulos e Valores Mobiliários	(92.049)	985.123
Relações Interfinanceiras	(85.394)	(119.510)
Operações de Crédito	(9.903)	(9.903)
Outros Ativos Financeiros	(68)	(145)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(2.317)	(2.403)
Outros Ativos	2.947	2.017
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		
Depósitos a Prazo	6.123	17.779
Relações Interfinanceiras	1.005.961	1.183.910
Obrigações por Empréstimos e Repasses	112.017	89.252
Outros Passivos Financeiros	282	334
Provisões	105	199
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	528	426
Outros Passivos	112.581	239.344
FATES – Atos Cooperativos	(3.654)	(3.654)
FATES – Atos Não Cooperativos	(811)	(811)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(264.977)	1.171.200
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo	–	35
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	15.561	15.561
Aquisição de Imobilizado de Uso	(755)	(1.291)
Aquisição de Investimentos	(19.901)	(19.781)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(5.095)	(5.476)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	38.236	38.236
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	27.407	27.407
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	65.643	65.643
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(204.429)	1.231.367
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	3054751	1.618.955
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	2.850.322	2.850.322
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(204.429)	1.231.367

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, doravante denominado **SICOOB CENTRAL ES**, é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595, de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764, de 1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130, de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 196, de 2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970, de 2021 e 5.051, de 2022, alteradas pela Resolução CMN nº 5.131, de 2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. Neste sentido, o **SICOOB CENTRAL ES** coordena as ações do Sicoob Sistema Sicoob ES, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O **SICOOB CENTRAL ES** integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, em conjunto a outras Cooperativas Centrais e Singulares, sendo sediada à **RUA CONSTANTE SODRÉ, Nº 305, SANTA LÚCIA, VITÓRIA – ES**.

O **SICOOB CENTRAL ES** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

(i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Ratings

Em 26 de agosto de 2025, a agência de classificação de risco **Fitch Ratings** elevou (upgrade) o **Rating Nacional de Longo Prazo** do **Sicoob Conexão** para **AA+(bra)**, o que denota **baixa expectativa de risco de inadimplência**; na mesma data, reafirmou (affirmed) o **Rating Nacional de Curto Prazo** em **F1+(bra)**, que indica **alta qualidade de crédito no curto prazo**. A capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros é considerada **forte**; contudo, pode ser **mais vulnerável** a condições adversas de negócios ou econômicas do que a observada em categorias de rating superiores. Segundo a escala de **Rating Nacional** da Fitch, essa classificação representa **alta qualidade de crédito**.

Esse movimento reforça a percepção de **solidez e resiliência financeira** do Sistema Sicoob ES, em linha com a consistência dos seus indicadores de **rentabilidade** e **capitalização**. Mesmo diante do **crescimento relevante dos ativos** e do volume de **investimentos realizados**, o Sistema manteve padrões robustos de sustentação patrimonial e desempenho.

Adicionalmente, o avanço do **plano de expansão geográfica** contribui para ampliar o potencial de **geração de receitas** e de **captação de cooperados** em segmentos diversificados, fortalecendo a base de negócios e a diversificação de resultados. Mais informações podem ser consultadas em:

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando os normativos aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). Sua apresentação segue os preceitos da Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, com as alterações promovidas por legislações posteriores, notadamente a Lei nº 11.638/2007, que introduziu relevantes ajustes na estrutura das demonstrações contábeis; a Lei nº 11.941/2009, que reforçou a transparência e a utilidade das informações financeiras; e a Lei nº 13.818/2019, que inovou quanto às exigências relativas à divulgação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818, de 2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924, de 2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116, de 2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367, de 2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **27/01/2026**.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis aprovados pelo Banco Central do Brasil (BCB), quando aplicáveis às operações desta cooperativa de crédito, foram integralmente observados na elaboração das presentes demonstrações financeiras. Adicionalmente, os requisitos de divulgação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021 e pela Resolução BCB nº 352, de 2023 foram devidamente contemplados nas demonstrações relativas ao presente exercício.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 – A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

a.2 – Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.

a.3 – As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.

a.4 – Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.

a.5 – Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Além disso:

– O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;

– O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;

– Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, atualizadas pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 a 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos:

(i) ativo realizável e permanente;

(iv) grupos de compensação ativa e passiva;

(iii) passivo exigível;

(iv) patrimônio líquido;

(v) resultado credor e devedor.

b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do sistema Sicoob demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentada na nota 4.

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, prevendo a substituição gradativa dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS e ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Durante o exercício de 2025, as instituições financeiras e Cooperativas de crédito permanecem enquadradas no regime específico para serviços financeiros, nos termos das normas complementares em discussão, não havendo, até a presente data, obrigação de adoção antecipada dos novos tributos.

No período, o Sistema Cooperativo realizou análise preliminar dos potenciais efeitos da nova tributação, considerando: (i) a manutenção da não incidência sobre atos cooperativos, princípio constitucional preservado; (ii) eventuais impactos na tributação de atos não cooperativos e receitas acessórias; e (iii) possíveis adequações operacionais e sistêmicas decorrentes da transição aos novos modelos de apuração.

A nova legislação exigirá adaptações operacionais e contábeis, especialmente diante da unificação de tributos e da necessidade de interpretação clara sobre o conceito de ato cooperativo. A norma foi sancionada em 16/01/2025 e respeitará o seguinte escalonamento de implementação:

- 1º de janeiro de 2025: Produção de efeitos para alguns artigos específicos (ex: artigos. 35, 58, 60 §3º, 62, 266, entre outros).
- 1º de maio de 2025: Produção de efeitos dos artigos 537 a 540 (quatro meses após a publicação).
- 1º de janeiro de 2026: Produção de efeitos para a maior parte dos dispositivos.
- 1º de janeiro de 2027 a 2033: Produção de efeitos escalonada para dispositivos mais complexos, como os relacionados à transição tributária e à substituição integral de tributos antigos.

Com base nas informações regulatórias disponíveis até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados efeitos contábeis relevantes a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício. A cooperativa continuará acompanhando a regulamentação infraconstitucional e os atos normativos futuros que definirão o tratamento específico aplicável às instituições financeiras e ao cooperativismo de crédito, avaliando eventuais impactos contábeis, operacionais e tributários à medida que forem estabelecidos requisitos definitivos.

Por fim, a **Resolução CMN nº 4.966/2021** – Instrumentos Financeiros e normativos relacionados – Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Principais Políticas Materiais

3.1 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei nº 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.2 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.3 Investimentos

Representam investimentos em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial conforme Resolução CMN nº 4.817/2020.

3.4 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.5 Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

3.6 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.7 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; ii) pela venda, ou por; iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências: – os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; – como os gestores do negócio são remunerados; – e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, porque elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.8 Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos.

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.

As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa.

Os contratos de câmbio, anteriormente classificadas sob rubricas específicas de ativos ou passivos relacionados à moeda estrangeira, agora devem ser registradas como derivativos, conforme o Art. 2º, inciso XI, da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, já que são instrumentos financeiros cujo valor varia em decorrência de variáveis como a taxa de câmbio, sendo que sua liquidação ocorre em data futura. Essa transição impacta diretamente a forma como essas operações são tratadas contábil e financeiramente, sendo agora mensuradas a Valor Justo no Resultado (VJR).

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

3.9 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966, de 2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.10 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966, de 2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682, de 1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.11 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966, de 2021 e Resolução BCB nº 352/23 para: Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e “VJORA”); Operações de créditos; Outros ativos financeiros; e Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou

O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidenciem dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.12 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;

- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.13 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.14 Ativos não financeiros mantidos para venda – Recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/1919, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

3.15 Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

3.16 Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535, de 2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.17 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534, de 2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.18 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.19 Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

3.20 Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

3.21 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.22 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.23 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823, de 2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.24 Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades cooperativas.

3.25 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

3.26 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.27 Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

3.28 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.29 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

4. Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela dispensa prevista pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

Descrição	Valor Contábil
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	629.470
Perda esperada de crédito esperada para operações de crédito (Ajustes)	2.240
Perda esperada de crédito esperada para demais ativos financeiros	(6.771)
Efeito no Patrimônio líquido conforme a Res. CMN 4.966, de 2021 em 1 de janeiro de 2025	(4.531)
Patrimônio líquido conforme a Resolução CMN 4.966, de 2021 em 1 de janeiro de 2025	624.939

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

– Ativos Financeiros:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/ Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966, de 2021
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	7.832.764	–	810.431	CA
				7.022.333	VJORA
	Provisão para perdas esperadas	–	(293)	(293)	CA
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	4.120.695	–	1.325.655	CA
				1.242.961	VJORA
				1.552.079	VJR
	Provisão para perdas esperadas	–	(6.478)	(6.478)	VJORA
Relações Interfinanceiras	Relações Interfinanceiras e Interdependências	355.931	–	355.931	CA

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966, de 2021
	Provisão para perdas esperadas	(1.780)	1.771	(9)	CA
Operações de Crédito	Operações de Crédito	115.800	-	115.800	CA
	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(579)	469	(110)	CA
Total Ativos Financeiros		12.422.831	(4.531)	12.418.300	

- Passivos Financeiros:

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966, de 2021
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Relações Interfinanceiras	10.996.721	-	10.996.721	CA
Total Passivos Financeiros		10.996.721	-	10.996.721	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes para mensuração a valor justo de ativos financeiros reclassificados entre categorias contábeis, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

5. Caixa e Equivalente de Caixa

Corresponde à saldo em caixa e depósitos bancários e Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários	4	-	4
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob	3	-	3
Banco Bradesco	1	-	1
Aplicações e Títulos com vencimento em até 90 dias	2.850.318	(187)	2.850.131
Aplicações interfinanceiras de liquidez	717.086	(187)	716.899
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.133.232	-	2.133.232

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa	2.850.322	(187)	2.850.135

6. Instrumentos Financeiros

6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – Custo Amortizado	107.383	(187)	107.196
Aplicação em depósitos Interfinanceiros	107.383	(187)	107.196
Títulos e Valores Mobiliários – Custo Amortizado	1.518.889	-	1.518.889
Títulos Públicos Federais	1.518.889	-	1.518.889
TOTAL	1.626.272	(187)	1.626.085

(I) As cooperativas singulares são classificadas, por exclusão, como sociedades não ligadas ao Banco Sicoob, em razão de deterem apenas ações preferenciais, que lhes conferem exclusivamente o direito à preferência na distribuição de dividendos, conforme previsto em seus respectivos estatutos.

No que se refere às garantias, informamos que todas as aplicações da Cooperativa em Depósitos Interfinanceiros no Banco Sicoob são registradas como aplicações sem garantia. Tais aplicações correspondem a investimentos em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), com rentabilidade variando entre 100% e 104,5% do CDI.

(II) Este item refere-se aos saldos das participações detidas pela Cooperativa em entidades avaliadas pelo custo de aquisição, que integram o grupo contábil de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.817, de 2020 e pela Instrução Normativa BCB nº 269, de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), as variações desses ativos permanecem classificadas no fluxo das "Atividades de Investimento", considerando que a reclassificação promovida pelo Banco Central do Brasil não alterou a natureza econômica dessas participações, que continuam sendo reconhecidas como ativos de longo prazo, nos termos do item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.1.1 – Composição dos Ativos Financeiros ao Custo Amortizado:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários – CA	Índice	31/12/2025
Circulante		12.305
<i>Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias</i>		12.305
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101,5% CDI	12.305
Não circulante		1.613.967
<i>Aplicações em depósitos interfinanceiros</i>		95.078

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários – CA	Índice	31/12/2025
Depósitos Interfinanceiros –	CDI	85.437
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	102% CDI	5.923
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	103% CDI	2.453
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	104% CDI	619
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	104,5% CDI	646
Títulos e Valores Mobiliários mantidos até o vencimento – carteira própria		1.518.889
LFTM – Administrado	SELIC	805.015
LFT – Administrado	SELIC	713.874
Total Geral		1.626.272

(a) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – VJORA	9.589.293	-	9.589.293
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros	9.589.293	-	9.589.293
Títulos e Valores Mobiliários – VJORA	15.625	(284)	15.341
Títulos Privados de Entidades não Financeiras	15.625	(284)	15.341
TOTAL	9.604.918	(284)	9.604.634

6.2.1 – Composição dos Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários – VJORA	Índice	31/12/2025
Circulante		6.698.535
Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias		717.086
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	CDI	88
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	716.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias		5.965.824
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	CDI	5.052

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários – VJORA	Índice	31/12/2025
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	5.960.772
<i>Títulos e Valores Mobiliários mantidos até o vencimento – 90 a 360 dias</i>		15.625
Debêntures	CDI	15.625
Não circulante		2.906.383
<i>Aplicações em depósitos interfinanceiros</i>		2.906.383
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	CDI	11.864
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	2.894.519
Total Geral		9.604.918

(a) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários – VJR	2.209.081	-	2.209.081
Títulos por PR de Instituições autorizadas a Funcionar Bacen	35.606	-	35.606
Cotas de Fundo	2.152.626	-	2.152.626
Participações de Cooperativas	20.849	-	20.849
TOTAL	2.209.081	-	2.209.081

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

6.3.1 – Composição dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:

Títulos e Valores Mobiliários – VJR	Índice	31/12/2025
Circulante		2.133.232
Títulos e Valores mobiliários até 90 dias		2.133.232
<i>Títulos para negociação – carteira própria</i>		2.133.232
Fundo de centralização	Pós-fixado	602.141
Fundo Institucional	Pós-fixado	1.531.091
Não circulante		75.849

Títulos e Valores Mobiliários – VJR	Índice	31/12/2025
Títulos para negociação – carteira própria		19.394
Cotas de Fundo Imobiliário		19.394
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		35.606
LFT – Administrado	CDI	35.606
Participação em Cooperativas		20.849
Sicoob Confederação		20.449
Participação em Empr. Controlada Coop Central de Crédito		399
Outras Participações		1
Total Geral		2.209.081

6.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	716.899	5.978.129	3.001.461	9.696.489
Títulos e Valores Mobiliários – Livres	2.133.232	-	1.610.079	3.743.311
TOTAL	2.850.131	5.978.129	4.611.539	13.439.800

6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	1.626.272	(187)	1.626.085
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	9.604.918	(284)	9.604.634
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	2.209.081	-	2.209.081
TOTAL	13.440.271	(471)	13.439.800

7. Repasses Interfinanceiros

Trata-se de recurso do Funcafé contratado com o Ministério da Agricultura, conforme previsto na Lei Complementar nº 130/09, repassado as Cooperativas Filiadas, nas mesmas condições contratuais, objetivando financiar as atividades de seus associados. As garantias oferecidas são Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas.

a) Composição da carteira de Repasses de Recursos do Crédito Rural:

Entidade repassadora	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Devedores Por Repasses de Recursos do Crédito Rural	438.546	35.225	473.771
Total Crédito Rural	438.546	35.225	473.771

8. Operações de Crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas

8.1 Composição da Carteira de Crédito Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, a composição da carteira de crédito mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Custo Amortizado
Empréstimos	125.300	(541)	124.759
Total de Operações de Crédito	125.300	(541)	124.759

8.2 Composição da Carteira de Crédito por Faixa de Vencimento

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Empréstimos	-	125.300	-	125.300
TOTAL	-	125.300	-	125.300

8.3 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica

Descrição	Empréstimos	31/12/2025	% da Carteira
Outros	125.300	125.300	100%
TOTAL	125.300	125.300	100%

8.4 Concentração das Operações de Crédito por Grupos Homogêneos

Para a avaliação do risco de crédito e apuração da perda esperada associada ao risco de crédito a Cooperativa avalia de forma coletiva sua carteira, através da definição de grupos homogêneos de risco.

Entende-se como grupos homogêneos de risco o conjunto de instrumentos financeiros com características semelhantes que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando:

8.5 Distribuição da Carteira de Crédito pelos Respectivos Grupos Homogêneos e Classificações em Estágios

31/12/2025			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Empréstimos	115.800	-	-
Total	115.800	-	-

9. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

9.1 Distribuição dos Instrumentos Financeiros por Classe e Estágios

31/12/2025				
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	(838)	-	-	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(187)	-	-	
Perda Esperada Repasses Interfinanceiros – Recursos Fontes Públicas	(110)	-	-	
Empréstimos	(541)	-	-	
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	(284)			
Títulos Privados de Entidades não Financeiras	(284)	-	-	
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	-	-	-	
Total	(1.122)	-	-	

10. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber	32	-	32
Outras Rendas a Receber	2	-	2
Rendas a Receber Seguro	30	-	30
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	-	1.593	1.593
PIS – Depósito Judicial	-	195	195
PIS Folha – Depósito Judicial	-	346	346
COFINS – Depósito Judicial	-	967	967
Interposição de Recursos Fiscais	-	85	85
TOTAL	32	1.593	1.625

a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 19.2.

11. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	2.560	-	2.560
CSLL não compensado no próprio exercício	39	-	39
Contribuição Social - antecipações - a compensar	12	-	12
Valores a restituir - PERDCOMP	50	1	51
TOTAL	2.661	1	2.662

12. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	10	-	10
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	631	-	631
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	23	-	23
Pagamentos a Ressarcir	394	-	394
Devedores Diversos - País	4	-	4
Plano de Saúde a Receber	4	-	4
Ativos em Estoque	264	-	264
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Próprios (b)	-	2.054	2.054
Instalações, Moveis e Equipamentos (I)	-	996	996
Imóveis (II)	-	1.058	1.058
(-) Prov. Desv. Ativos não Finc. Mantidos para Venda - Próp.	-	(1.078)	(1.078)
(-) Instalações, Moveis e Equipamentos	-	(21)	(21)
(-) Imóveis	-	(1.057)	(1.057)
Despesas Antecipadas	985	1.060	2.045
Propaganda e Publicidade	754	1.060	1.814
Software	157	-	157
Outras Despesas Antecipadas	74	-	74
TOTAL	2.311	2.036	4.347

(a) Cooperativas Filiadas – são os valores que o Sicoob Central ES tem a receber das Cooperativas filiadas, referente ao rateio mensal das despesas da central.

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Próprios estão registrados os bens da cooperativa que não estão sendo utilizados para a atividades da cooperativa, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

I. Referente a duas unidades da usina fotovoltaica destinado a gerar energia limpa e renovável e não estando sujeito à depreciação e que não se encontram em uso pelo Sicoob Central ES.

II. Referente ao imóvel da antiga sede que não está em uso e está disponível para venda, não estando sujeito à depreciação.

13. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCO SICOOB.

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Participações em Coligadas e Controladas no País – Banco Sicoob (a)	215.767	-	215.767
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	4.900	-	4.900
TOTAL	220.667	-	220.667

(a) A participação junto ao Banco Sicoob, gerou no primeiro semestre de 2025, com o resultado de equivalência patrimonial, o resultado no montante de R\$ 19.145 mil.

13.1 Método de Equivalência Patrimonial

O quadro abaixo apresenta as informações dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos períodos de 31 de dezembro 2025:

Descrição	31/12/2025		
	Banco Sicoob	Empr. de Seguro (CORRETORA)	Outras Participações (ANNELLUS)
Número de ações/quotas (unid.)	89.198.696	12.500	400.000
Patrimônio Líquido das Investidas	5.375.151	146	4.883
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	19.145	1	1.028
% de Participação no Capital Social das Investidas	3,61%	11%	100%
Valor do Investimento	189.564	13	400
Equivalência Patrimonial	26.203	4	4.483

13.2 Movimentação dos Investimentos

O quadro abaixo apresenta as informações de movimentação dos investimentos, nos períodos de 31 de dezembro 2025:

31/12/2025				
Descrição	Banco Sicoob	Empr. de Seguro (CORRETORA)	Outras Participações (ANNELLUS)	Total
Saldo em 31/12/2024	179.098	16	3.856	182.970
Aumento de Capital	42.692	-	-	42.692
Equivalência Patrimonial	19.145	1	1.027	20.174
Dividendos Recebidos	(24.201)	-	-	(24.201)
Ajuste a Valor de Mercado	(967)	-	-	(967)
Saldo em 31/12/2025	215.767	17	4.883	220.667

14. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo.

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Curso (a)		142	-	142
Terrenos		2.838	-	2838
Edificações	4%	16.738	(6.773)	9965
Instalações	10%	4.101	(1.080)	3021
Mobiliários	10%	1.624	(1.009)	615
Máquinas	10%	126	(97)	29
Aparelhos de Refrigeração	10%	42	(26)	16
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	2.110	(1.321)	789
Alarme	10%	22	(13)	9
Armas e Equipamentos	10%	76	(37)	39
Equipamentos de Vigilância e Segurança	10%	274	(109)	165
Equipamentos de Comunicação	10%	69	(40)	29
Veículos	20%	302	(230)	72
Total Imobilizado de Uso e Depreciação		28.464	(10.735)	17.729

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

A despesa com depreciação no exercício de 2025 foi de R\$ 1.288 mil.

15. Intangível

Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes do intangível estão assim compostos:

30/06/2025				
Descrição	Taxa Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Sistema de Processamento de Dados	10-20%	431	(431)	-
Software e Direito de Uso	10-20%	892	(813)	79
Total Intangível e Amortização Acumulada		1.323	(1.244)	79

A despesa com amortização no exercício de 2025 foi de R\$ 64 mil.

16. Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

São obrigações financeiras reconhecidas pelo valor originalmente recebido, posteriormente ajustado pelos encargos, juros e amortizações incorridos ao longo do tempo.

16.1 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Custo Amortizado			
Depósitos a Prazo	17.779	-	17.779
TOTAL	17.779	-	17.779

Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados. Foi assinado acordo de compensação envolvendo as cooperativas filiadas e o Banco Sicoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural, com rendimentos de 100% do CDI. Os valores depositados no Sicoob Central ES possuem aplicação correspondente no Banco Sicoob, lastreando o acordo. O resgate ocorre de acordo com a movimentação do crédito rural.

16.2 Despesas com Operações de Captação de Mercado

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Despesas de Depósitos a Prazo	(20.797)	(20.948)
TOTAL	(20.797)	(20.948)

17. Relações Interfinanceiras

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

17.1 Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira – Cooperativas

Refere-se às disponibilidades de recursos das cooperativas singulares filiadas do Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração mais vantajosa. Mensalmente o resultado destas aplicações é creditado para as singulares. A Centralização Financeira apresenta, em 31 de dezembro de 2025, um montante conforme abaixo:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Centralização Financeira – Cooperativas	12.180.631	-	12.180.631
TOTAL	12.180.631	-	12.180.631

As despesas relacionadas à remuneração da Centralização Financeira devidas às cooperativas filiadas totalizaram R\$ 1.486.802 mil no exercício de 2025, estando demonstradas na Nota 23 – Despesas da Intermediação Financeira.

18. Outros Passivos

18.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiadas (art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 7.

Instituições	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Repasses do País – Instituições Oficiais (MAPA)	466.839	35.225	502.064
TOTAL	466.839	35.225	502.064

As despesas relacionadas às operações de empréstimos e repasses totalizaram R\$ 38.396 mil no exercício de 2025, conforme demonstrado na Nota 23 – Despesas da Intermediação Financeira.

18.2 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
		Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	195	-	195
Impostos e Contribuições sobre Salários	852	-	852
Outros	287	-	287
TOTAL	1.334	-	1.334

18.3 Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de outras obrigações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias	18.493	-	18.493
Provisão para Participações nas Sobras (I)	3.279	-	3.279
Gratificações e Participações a Pagar	2.936	-	2.936
Fundo de assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (II)	12.278	-	12.278
Credores Diversos – Pais	728.351	-	728.351
Pagamentos a Processar	95	-	95
Fundo SISOL (III)	2.709	-	2.709
Fundo FEFS (IV)	725.389	-	725.389
Faturas Sicoobcard	30	-	30
Outros	128	-	128
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	407	-	407
TOTAL	747.252	-	747.252

- I. A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão de R\$ 3.280 mil no exercício de 2025 (R\$ 2.199 no segundo semestre), a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;
- II. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 7% percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme

determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872, de 2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764, de 1971.

- III. Refere-se ao Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 28 de maio de 2018 constituiu o Fundo com o objetivo desenvolver ações de sustentabilidade ambiental do Sicoob ES, que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia, quer seja para uso próprio do Sicoob Central ES ou de suas Filiadas.
- IV. Refere-se ao Fundo de Estabilidade Financeira e Econômica do Sicoob – FEFES criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária em 16 de dezembro de 2025 constituiu o Fundo com o objetivo de garantir a estabilidade financeira das mesmas, sendo que absorveu o saldo dos demais fundos existentes.

19. Provisões

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total 31/12/2025
Provisão para Pagamento a Efetuar	149.202	–	149.202
Provisão para Contingências	1.644	–	1.644
TOTAL	150.846	–	150.846

19.1 Provisão para Pagamentos a Efetuar

Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	1.946	–	1.946
Compensação	120	–	120
Aluguéis	5	–	5
Comunicações	31	–	31
Propaganda e Publicidade	1.772	–	1.772
Processamento de Dados	34	–	34
Provisão Pagamento Administração Financeira (a)	145.193	–	145.193
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	101	–	101
TOTAL	149.202	–	149.202

a) Refere-se a rendimentos da centralização financeira a serem repassados para as cooperativas filiadas.

19.2 – Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Contingências (a)	-	1.644	1.644
TOTAL	-	1.644	1.644

a) Provisão para Contingências – Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Descrição	31/12/2025	
	Provisão para Demandas Judiciais – Passivo	Depósitos Judiciais – Ativo
Trabalhistas	25	-
PIS	195	195
PIS FOLHA	345	345
COFINS	967	967
Outras Contingências	112	85
TOTAL	1.644	1.592

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

20. Patrimônio Líquido

20.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2025
Sicoob Sul-Litorâneo	35.107
Sicoob Sul	103.771
Sicoob Conexão	234.348
Sicoob Coopermais	68.697
Sicoob Sul-Serrano	124.645
Sicoob Credirochas	43.386
Total	609.954

20.2 Fundo de Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades conforme previsto no estatuto social.

Conforme aprovado pela AGE realizada em 28/10/2025, os impactos decorrentes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 informando na nota 4. foram integralmente absorvidos pela Reserva Legal do Sicoob Central ES.

20.3 Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

Descrição	31/12/2025
Instrumentos Financeiros Classificados Como Vjora	158
Instituição Financeira Controlada Por Coop. De Crédito – Mep	75
Total	233

No exercício de 2025, o SICOOB CENTRAL ES realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob pelo MEP, e registrou como outros resultados abrangentes no valor de R\$ (808) mil, referente as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

20.4 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/04/2025, as cooperativas filiadas deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para o aumento do capital social, no valor de R\$ 38.236 mil.

20.5 Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2025
Sobra Bruta	64.756
Juros ao capital	(27.407)
Sobra líquida do exercício	37.349
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(811)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	36.538
Reserva legal - 10%	(3.654)
Fundo de Reserva Art. 26 § 1º Estatuto (a)	(410)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(3.654)
Utilização FATES (b)	1.007
Sobra à disposição da Assembleia Geral	29.827

a) Conforme estatuto social da cooperativa, poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável. Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) esse montante foi adicionado a destinação estatutária obrigatória para o Fundo de Reserva, e está apresentado na linha "Destinações das Sobras do Período - Fundo de Reserva".

b) A reversão dos dispêndios de FATES passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8. No exercício de 2025, a reversão do FATES foi registrada após as destinações legais e estatutárias, aumentando as sobras à disposição da assembleia.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado do período será apresentado em quadro específico, com a devida segregação entre atos cooperativos (Ato Coop.) e atos não cooperativos (Ato Não Coop.).

São classificados como atos não cooperativos os rendimentos e/ou despesas decorrentes de operações realizadas com terceiros não associados, as quais estão sujeitas à incidência dos tributos federais e municipais aplicáveis. Tais valores são registrados de forma segregada na contabilidade da Cooperativa, e o resultado líquido apurado nessas operações, quando positivo, é integralmente destinado ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), nos termos do artigo 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	1.794.598	1.777.090	17.508
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(1.698.081)	(1.670.289)	(27.792)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(59.011)	(58.433)	(578)
Resultado Operacional	37.506	48.368	(10.862)

Descrição	31/12/2025		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receita Não Operacional	16	-	16
Despesa Não Operacional	(173)	-	(173)
Resultado Não Operacional	(157)	-	(157)
Resultado do Período	37.349	48.368	(11.019)
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	(11.830)	11.830
Resultado do Período	37.349	36.538	811

22. Receitas da Intermediação Financeira

22.1 Receitas de Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Rendas de Empréstimos	8.467	15.699
Rendas de Repasses Interfinanceiros	16.176	31.783
TOTAL	24.643	47.482

22.2 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Títulos de Renda Fixa", foram, respectivamente:

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Debêntures	2.154	4.407
Letras financeiras do tesouro	50.229	90.966
LF – Pós Fixada	-	19.565
LFT Centralização Recurso Municípios	56.470	102.267
Letra Financeira Subordinada Complementar	3.093	5.754
Fundos de aplicação financeira	139.384	233.053

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Rendas Aplic. Fundos Investimentos – Imobiliário	1.159	2.203
Outros – Rendas Aplicações Fundo Investimento	18.650	34.571
(-) Prejuízos Com Cotas de Fundos de Investimento	(17.848)	(32.996)
(-) Prejuízos Com Títulos de Renda Fixa	-	(89)
TOTAL	253.291	459.701

22.3 Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, no período findos em 31 de dezembro de 2025, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
CDI – Não ligadas	6.185	11.203
CDI – Ligadas	662.198	1.167.932
Total	668.383	1.179.135

23. Despesa com Operações de Empréstimos e Repasses

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Despesas de Repasse – Funcafé repassado (a)	(20.490)	(38.396)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos (b)	(830.711)	(1.486.802)
TOTAL	(851.201)	(1.525.198)

(a) Estas despesas são especialmente representadas por juros e atualização monetária sobre repasses de recursos, obtidos junto ao MAPA.

(b) Despesas correspondente a remuneração da Centralização Financeira para as cooperativas filiadas.

24. Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A provisão para perdas esperadas em aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, incluindo operações decorrentes de relações interfinanceiras, é constituída conforme a Resolução CMN nº 4.966, de 2021. O cálculo considera o risco de crédito da contraparte, a probabilidade de inadimplência, a exposição no momento do default e a perda estimada, com base em dados históricos, condições econômicas atuais e projeções futuras.

Em 31/12/2025, as provisões/reversões estavam assim compostas:

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Reversões de Provisões para Aplicação Interfinanceira de Liquidez	204	292
Reversões de Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	463	6.378
Reversões de Provisões para Relações Interfinanceiros	7	10

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	110	109
Provisões para Aplicação Interfinanceira de Liquidez	(176)	(185)
Provisões para Títulos e Valores Mobiliários – Debêntures	(67)	(184)
Provisões para Relações Interfinanceiros	(108)	(112)
Provisões para Operações de Crédito	(542)	(541)
TOTAL	(109)	5.767

25. Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Rendas de Intercambio – Cabal	146	362
Rendas de Comissão de Seguros	62	107
Rendas de Comissão Plano de Saúde	77	151
Rendas de Outros Serviços	369	555
Rendas de Comissão de Outros Serviços	9	526
TOTAL	663	1.701

26. Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(3.295)	(6.693)
Despesas de Pessoal – Benefícios (a)	(2.991)	(5.471)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(2.858)	(5.407)
Despesas de Pessoal – Proventos	(6.812)	(12.983)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(217)	(414)
TOTAL	(16.173)	(30.968)

(a) Os valores de benefícios pagos se referem a vale alimentação, plano odontológico, seguro de vida, vale transporte e auxílio creche.

27. Outras Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(102)	(204)
Despesas de Aluguéis	(22)	(46)
Despesas de Comunicações	(250)	(406)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(273)	(537)
Despesas de Material	(78)	(145)
Despesas de Processamento de Dados	(1.939)	(3.859)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(537)	(1.121)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(8.340)	(13.068)
Despesas de Seguros	(9)	(19)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(722)	(1.415)
Despesas de Serviços de Terceiros	(199)	(471)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(61)	(117)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(531)	(1.005)
Despesas de Transporte	(35)	(52)
Despesas de Viagem no País	(173)	(257)
Despesas de Amortização	(18)	(64)
Despesas de Depreciação	(655)	(1.288)
Outras Despesas Administrativas	(386)	(669)
TOTAL	(14.330)	(24.743)

28. Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Despesas Tributárias	(25)	(115)
Desp. Impostos s/ Serviços – ISS	(33)	(85)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(244)	(244)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(106)	(165)
TOTAL	(408)	(609)

29. Resultado de Participações em Coligadas e Controladas

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Rendas de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada (a)	12.509	28.798
Despesas de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada (a)	(8.624)	(8.624)
TOTAL	3.885	20.174

(a) O principal valor desta conta refere-se ao reconhecimento de ganho na equivalência patrimonial do investimento junto Banco Sicoob que totalizou R\$ 19.145 mil.

30. Outros Despesas Operacionais

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Contribuição Fundos (a)	(46.313)	(80.052)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(660)	(1.007)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(10)	(10)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(56)	(108)
TOTAL	(47.039)	(81.177)

(a) Este valor refere-se à atualização do Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob – FEFES.

31. Outras Receitas Operacionais

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	1.557	2.595
Dividendos	-	35
Rateio de despesas da central entre filiadas (a)	-	18.819
Atualização Selic – Recup. Créditos Tributários Recebidos	13	188
Rendas de Aluguéis	12	24
Juros ao Capital Recebido do Banco Sicoob	15.561	15.561
Outras Rendas Operacionais	-	679
TOTAL	17.143	37.901

(a) Rateio de despesas da central entre as Cooperativas filiadas conforme aprovado pela diretoria colegiada do Sicoob ES.

32. Despesas com Provisões

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Reversões de Provisões para Outras Contingências	-	3
Provisões para Contingências	(28)	(28)
TOTAL	(28)	(25)

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

33. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Ganho de Capital	5	16
(-) Perda de Capital	(5)	(173)
TOTAL	-	(157)

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 30/06/2025.

35. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

35.1 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	31/12/2025
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(5.421)
Salários/Remuneração	(580)
Benefícios	(136)

35.2 Operações com Entidades Relacionadas

As operações do SICOOB CENTRAL ES são substancialmente realizadas com partes relacionadas, como Cooperativas Filiadas, Banco Sicoob, Sicoob Confederação e demais entidades relacionadas.

35.3 Cooperativas Singulares Filiadas

O Sicoob Central ES foi criado com o objetivo da organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas nos termos da Lei nº 5.764, de 1971, artigo 8º e Resolução nº 4.434, de 2015 do CMN, capítulo I artigo 6º.

Demonstramos a seguir as operações com as cooperativas filiadas, instituição financeira que o Sicoob Central ES tem participação:

Descrição	31/12/2025
Ativo	
Cooperativas Filiadas	598.600
Repasse interfinanceiros	473.300
Operações de crédito	125.300
Passivo	
Cooperativas Filiadas	12.343.603
Depósitos a Prazo	17.779
Relações interfinanceiras – centralização financeira	12.180.631
Provisão Pagamento Administração Financeira	145.193

– Resultado em 31/12/2025:

Descrição	31/12/2025
Receita	
Cooperativas Filiadas	
Rendas de empréstimos	15.699
Rendas de repasse interfinanceiros	31.783
Rateio de Despesas da Central entre filiadas	18.819
Despesa	
Cooperativas Filiadas	(656.201)
Reversão/Provisão para Operações de Créditos	(534)
Dispêndio de Depósitos Intercooperativos	(1.486.802)

35.4 Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sicoob.

Demonstramos a seguir as operações com o Banco Sicoob, instituição financeira que o Sicoob Central ES tem participação:

Descrição	31/12/2025
Ativo	
Banco Sicoob	
Conta corrente	3
Depósitos Interfinanceiros	9.611.239
Cotas de Fundos de Renda Fixa	2.152.626

– Resultado em 31/12/2025:

Descrição	31/12/2025
Receita	
Banco Sicoob	
Rendas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.179.135
Fundos Aplicações Financeiras	233.053

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 5.194, de 2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites.

Basileia III	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio de Referência – Nível I (110)	502.510	477.832
Patrimônio de Referência – PR (100)	502.510	477.832
RWA para risco de crédito por abordagem padronizada – RWACPAD (700)	2.842.462	2.735.167
RWA para risco de mercado – RWAMPAD (770)	67.336	61.870
RWA para risco operacional – RWAOPAD (870)	270.758	148.993
Ativos ponderados por risco (RWA) (900)	3.180.556	2.946.030
Patrimônio de referência exigido / mínimo para o RWA (910)	190.833	235.682
Valor total da RBAN (890)	48.689	39.964
Margem sobre o PR considerando a RBAN (953)	119.863	128.534
Índice da Basileia	13,78%	14,36%
Margem de Imobilização (960)	228.625	217.150

37. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de 1% a 8% do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando 50% do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	2º Semestre 2025	31/12/2025
Contribuição Previdência Privada	(153)	(296)
TOTAL	(153)	(296)

38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

38.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado (RWAmPad);

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

38.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

38.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

38.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

39. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Vitória – ES, 27 de janeiro de 2026.

Nailson Dalla Bernardina
Diretor Executivo

Alecsandro Casassi
Diretor de Operações e Negócios

Wanderson Vieira da Silveira Sossai
Contador CRC/ES: 016.925/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da
Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, CNPJ32428294

Vitória – ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Central ES em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.1 b. às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352/2023 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 13 de fevereiro de 2026.



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O



Mais que uma *escolha financeira*.

comunidadesicoob.com.br

    [sicoobes](#)

